

# PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA O PACTO DE ESTABILIDADE E CÓDIGO DO TRABALHO



O PS apresentou na Assembleia da República, no seguimento das reuniões do Secretariado Nacional e da Comissão Política, propostas de alteração ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, preparando-se para fazer o mesmo relativamente ao Código do Trabalho, medidas estas que visam corrigir erros e aspectos inaceitáveis das políticas de direita traçadas pelo Governo.

► Páginas 3 a 5

**NOVOS DESAFIOS PARA AS FUNDAÇÕES JOSÉ FONTANA E ANTERO DE QUENTAL**

► Páginas 8 e 9

ENTREVISTA A ANA BENAVENTE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARALISADO NA RELAÇÃO COM AS ESCOLAS**

► Página 7

**ENTUSIASMO SOCIALISTA NA POSSE DE LULA**

► Página 11

**PRESIDÊNCIA GREGA DA UNIÃO PROSSEGUE ESTRATÉGIA DE LISBOA**

► Página 10

# A SEMANA REVISTA

Realizaram-se na passada terça-feira as reuniões do Secretariado Nacional e da Comissão Política Nacional do Partido Socialista. Na sequência desses encontros, a direcção do partido mandou o Grupo Parlamentar para apresentar na Assembleia da República propostas de alterações ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e ao Código do Trabalho.

O Partido Socialista apresentou, quarta-feira, na Assembleia da República, um projecto de resolução que consagra o Pacto de Estabilidade e Crescimento como um instrumento fundamental de desenvolvimento económico e social.

Culminando as visitas aos partidos políticos e aos parceiros sociais, o secretário-geral do PS deslocou-se na passada terça-feira à sede da CCP.

O presidente da delegação socialista portuguesa no PE, Carlos Lage, participou em Atenas numa reunião do Bureau do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, no âmbito da presidência grega da União.

O movimento antiportagens da CREL desencadeou na passada segunda-feira uma iniciativa de protesto contra a reposição das portagens. Esta acção contou com a presença, entre outros, do presidente da Concelhia do PS/Lisboa, Miguel Coelho.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## A MÃE DE TODAS AS TANGAS

ANTOONIO COLAÇO

Quando o primeiro-ministro e alguns ministros pedem sacrifícios ao povo, então eles também devem fazer um pequeno sacrifício e em vez de ir para o estrangeiro seria melhor terem feito durante este período férias em Portugal.

Marcelo Rebelo de Sousa, TVI / Diário Económico,  
7 de Janeiro de 2003



EDITORIAL

# DA RESPONSABILIDADE

Nos dias difíceis, é imperativo partir dos princípios gerais. São estes, alicerçados nos valores que defendemos, que podem e devem servir de critério para avaliar as situações concretas.

O que está na ordem do dia é a questão da responsabilidade. A responsabilidade dos dirigentes políticos, dos eleitos republicanos, das organizações partidárias.

Ora, há vários tipos de responsabilidade. Pelo menos três são cruciais: a responsabilidade jurídica, civil ou criminal; a responsabilidade política; a responsabilidade moral.

Esta última é domínio irrenunciável da consciência de cada um, que melhor entende a que nível quer situar o padrão de exigência ética por que pauta a sua conduta, sujeitando-se naturalmente ao juízo moral dos seus concidadãos, os presentes e os vindouros.

A responsabilidade jurídica, designadamente a de natureza criminal, compete ao sistema de Justiça, e só a ele, apurá-la. Aqui, o valor primeiro é a presunção da inocência do acusado, até ao trânsito em julgado da respectiva acusação. Por maior que seja o alarido que se crie em torno de certo facto ou comportamento, por mais fortes que sejam os indícios ou as aparências, por mais insistente que seja a pressão da opinião pública ou dos vários agentes de mediação da comunicação e influência social, o caminho só pode ser a independência absoluta dos tribunais e o respeito escrupuloso pelos direitos dos cidadãos. A ninguém é permitido substituir-se aos tribunais: nem aos partidos, nem às estações de televisão e aos jornais.

Coisa bem diferente é a responsabilidade política. Ela não pode ser confundida com a responsabilidade criminal, porque são outras as dimensões e os critérios a que se refere. Todos os cidadãos são iguais perante a Lei; mas os agentes políticos, os investidos em funções públicas, os representantes do povo, todos têm responsabilidades acrescidas face aos seus concidadãos. Essa é a contrapartida que devem à reclamação de defender o interesse público e prosseguir o bem comum.

A exigência de uma ética de responsabilidade política coloca-se de forma crítica quando está em causa a averiguação de eventuais responsabilidades jurídicas, em particular criminais. Nestas circunstâncias, renunciar aos poderes e prerrogativas do cargo que se exerce é um gesto necessário e nobre. Nobre, porque longe de equivaler a qualquer confissão antecipada de culpabilidade, destina-se pelo contrário a abdicar de qualquer posição de privilégio e favorecimento para enfrentar a Justiça como simples cidadão. Necessário, para afastar a suspeita de eventual aproveitamento do cargo exercido para defesa pessoal e, sobretudo, para preservar a dignidade do cargo, a legitimidade política de que ele emana, a relação de confiança entre os cidadãos e a sua república. Este gesto deve, porém, fazer-se quando haja fundamento concreto na acusação que impende sobre o agente político. Isto é: quando é a instância legítima para fazê-lo que levanta inquérito, apura e valida indícios e provas, formula acusação. Não são as cartas anónimas, rumores, campanhas ou notícias de jornal, mas sim as instâncias do Estado de Direito que

confrontam o homem ou a mulher investidos em funções políticas com a sua responsabilidade. Mas, quando tal acontece, esse homem ou mulher deve assumir claramente e sem hesitar a sua responsabilidade política, renunciando ao cargo ocupado e preservando assim a sua própria dignidade e a dignidade republicana. Esta é a posição do Partido Socialista, é esta a linha de conduta que nos deve orientar na apreciação de qualquer situação concreta.



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

**Por maior que seja o alarido que se crie em torno de certo facto ou comportamento, por mais fortes que sejam os indícios ou as aparências, por mais insistente que seja a pressão da opinião pública ou dos vários agentes de mediação da comunicação e influência social, o caminho só pode ser a independência absoluta dos tribunais e o respeito escrupuloso pelos direitos dos cidadãos.**

## GOVERNO QUER DISPENSAR AUDITORIA

# PS EXIGE O MESMO RIGOR NA AFERIÇÃO DAS CONTAS DE 2002

A aferição das contas públicas de 2002 pelos mesmos critérios utilizados em 2001 e a oposição a medidas que se traduzam por recuos sociais, foram as ideias centrais deixadas por João Cravinho numa conferência de imprensa para divulgar um diploma que o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2003/2006.

O deputado, em nome do PS, manifestou "profundas reservas" quanto à consistência da situação orçamental no ano passado e quanto às projecções para 2003, sendo por isso fundamental saber-se com transparência e rigor o processo de consolidação orçamental. "É do próprio interesse do Governo saber o exacto ponto de partida, em 2002, ao nível da consolidação orçamental", na medida em que ela só se pode conseguir "se for feita uma radiografia completa do estado em que o país se encontra em 2002".

João Cravinho utilizou a ironia para desvalorizar o facto da ministra das Finanças ter dito que não tomaria a iniciativa de auditar as contas públicas de 2002, dizendo que Manuela Ferreira Leite também já tinha dito que "não faria qualquer perdão fiscal, nem venderia a rede fixa da PT".

No entanto, não deixou de advertir para o facto de o PS estar preparado "para agir com determinação e consequência" relativamente a essa matéria, embora sem antecipar cenários sobre a atitude a tomar no caso do Governo recusar a exigência de apurar com rigor a situação de consolidação orçamental de 2002. Em relação ao Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo Governo, o PS tem profundas reservas, o que justifica a oposição a quaisquer "medidas que se traduzam em recuos sociais inaceitáveis".

"O programa torna claro que as estimativas para 2003 constituem uma importante revisão

de todo o quadro macroeconómico e orçamental aprovado pela maioria há poucas semanas, o que retira credibilidade ao Orçamento de Estado do corrente ano", acusou o deputado socialista.

Do ponto de vista económico, releva a constatação de que o Programa apresenta uma substancial revisão em baixa da projecção do crescimento para 2003 e prevê "uma despesa corrente inferior em 1100 milhões de euros, embora nada se diga como essa redução vai ser concretizada".

Para João Cravinho, são pouco credíveis as previsões do Governo relativas à taxa de inflação e à redução do consumo público. Nas deliberações da Resolução apresentada por João Cravinho na Assembleia da República, o PS reiterou o seu apoio ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, defendendo que até 2006 seja atingida uma estrutura equilibrada das finanças públicas através da

requalificação da despesa, garantindo a eficácia na arrecadação de receitas e diminuindo o défice de uma forma estrutural e consolidada.

Defende também que o equilíbrio das finanças públicas seja articulado com uma política económica e social que aumente a confiança e diminua a incerteza.

O PS manifesta a sua preocupação pelo facto de se assistir à substituição de medidas eficazes de combate à fraude e à evasão fiscal e de consolidação da despesa corrente primária por uma aumento e criação arbitrários de novas taxas em sectores como a saúde, educação e agricultura. Considera ainda inaceitável a deterioração da qualidade de serviços públicos essenciais.

O PS defende também que o PEC seja articulado com as propostas de Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado, integrando um processo orçamental plurianual.

## CÓDIGO DO TRABALHO

# PROPOSTAS SOCIALISTAS INOVAM E CORRIGEM

**O PS vai apresentar no Parlamento um conjunto de propostas de alteração ao Código Laboral que visam corrigir os seus aspectos mais inaceitáveis como o alargamento das causas de despedimento, ao mesmo tempo que introduz medidas inovadoras que permitem o reforço da contratação colectiva e a melhoria da adaptabilidade das empresas.**



“A nossa preocupação é, por um lado, não aceitar alterações inaceitáveis, e, por outro, introduzir inovações que permitam o alargamento da negociação colectiva, de forma a que as especificidades dos vários sectores da economia possam ter tratamentos próprios, sempre em sede de concertação social”, disse ao “Acção Socialista” o deputado Rui Cunha.

Aliás, lembrou o secretário nacional para o Trabalho do PS, “sempre dissemos que a proposta de Código do Trabalho do Governo altera o que não é necessário e não inova no que devia inovar, para além de que é um ajuste de contas com o passado e cria conflitualidade social”.

A manutenção do actual regime de despedimentos é uma das propostas de alteração ao Código do Trabalho que o PS vai propor na Assembleia da República e que foram aprovadas na reunião da Comissão Política Nacional da passada terça-feira.

“Vamos propor que se mantenha o actual regime de despedimento, porque consideramos inaceitável que o médico da empresa verifique os atestados passados por um colega e a

inviabilização da reintegração em caso de despedimento sem justa causa julgado pelo Tribunal”, afirmou o deputado.

Na proposta socialista, Rui Cunha destaca também uma “inovação” que consiste no aumento para “mês e meio de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade” aos trabalhadores que entendam acordar com a entidade patronal a troca da reintegração pela indemnização.

No mesmo capítulo, o PS considera ainda ser imperativo manter o princípio de que a mulher grávida “não pode ser despedida”, um facto que, explicou Rui Cunha, na actual proposta é permitido mediante “parecer favorável” da entidade que tenha competência na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

O gozo da licença de paternidade passa também,

nas propostas socialistas, a ter carácter obrigatório.

Para o PS, a viabilidade da proposta do Código do Trabalho passa também pela “determinação” de um mínimo de horas de formação profissional certificada por cada ano civil.

Relativamente à adaptabilidade, o PS condena a forma com que a proposta de Código do Trabalho legisla por igual e de forma “rígida e uniforme” a diversidade das carreiras e das profissões e considera “inaceitável” que seja o patrão a “impor adaptabilidade funcional e mobilidade de horário e geográfica”.

“O PS entende e aceita que as empresas tenham necessidade de adaptar funcionalmente os seus trabalhadores e de recorrer à mobilidade geográfica e de horário, mas defende que tais mecanismos devem ser acordados em sede de negociação colectiva e devem incluir uma

cláusula que imponha, no caso da adaptabilidade funcional, a reclassificação do trabalhador ao fim de seis meses”, disse.

O PS vai também propor na Assembleia da República a manutenção da generalidade dos actuais limites para a duração e organização do tempo do trabalho.

No que respeita ao horário nocturno, cuja proposta governamental de redução gerou forte contestação, o PS propõe que se mantenha no período “entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte”, como prevê a actual legislação.

A proposta de Código do Trabalho avança o início do período de trabalho nocturno para as 22 horas, mantendo o termo às 7 horas do dia seguinte.

A mesma política de defesa da actual lei é notada no caso da adaptabilidade, com o Governo a defender, no Código, que o limite diário do período normal de trabalho possa ser aumentado até quatro horas e o PS a propor que se mantenha nas duas horas.

A duração média do trabalho deve ser, segundo os socialistas, “apurada por referência ao período que esteja fixado em convenção colectiva aplicável, não podendo ser superior a 12 meses, ou, na falta de tal previsão, por referência a períodos máximos de quatro meses”, que é o que prevê a lei actual, enquanto o Código do Trabalho admite, em determinadas condições, períodos de referência de seis meses.

Determinados feriados obrigatórios, que o ministro da Segurança Social propõe que, “mediante legislação especial”, possam ser gozados “na segunda-feira da semana subsequente”, continuarão, de acordo com a proposta socialista, a ser gozados no dia em que se verificarem, como hoje acontece.

NOVA EDIÇÃO

## PORTUGAL SOCIALISTA

Já disponível em

<http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal/>



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

# ALTERAR CÓDIGO DO TRABALHO E PACTO DE ESTABILIDADE

A Comissão Política Nacional do PS decidiu mandar o Grupo Parlamentar para apresentar na Assembleia da República propostas de alteração ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e ao código laboral do Governo, visando alterar "erros" e "lógicas inaceitáveis" que aponta aos dois documentos.

Falando no final da reunião da Comissão Política Nacional, em que esta decisão foi tomada, Paulo Pedroso, afirmou que quanto ao PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento) o PS vai incluir na proposta de resolução que vai apresentar que a Assembleia da República uma recomendação no sentido de que as contas do Orçamento de 2003 sejam aferidas pelo Banco de Portugal de forma análoga às de 2002.

Paulo Pedroso afirmou que o Partido Socialista reitera o seu apoio ao Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia, embora defenda que Portugal deve empenhar-se na sua reavaliação.

Quanto ao programa de estabilidade e crescimento do Governo português, o PS quer ver corrigidos "alguns erros" e defende que o equilíbrio das finanças públicas seja articulado com uma política económica e social que aumente a confiança e diminua a instabilidade. O PS tem "profundas reservas" quanto "à consistência" da execução do orçamento de 2002 e as previsões para 2003 feitas pelo Governo.

Paulo Pedroso referiu ainda ser "preocupante" a evasão fiscal e o aumento de novas taxas na saúde, educação e agricultura.

Estas posições constam de uma proposta de resolução que os deputados socialistas apresentaram entretanto na Assembleia da República.

## Melhorar a adaptabilidade das empresas

Quanto ao Código do Trabalho, Paulo Pedroso anunciou que o PS vai apresentar na especialidade alterações para "corrigir os erros" de um projecto "inaceitável", no pressuposto de



que "os problemas do mercado de trabalho não residem nos despedimentos sem justa causa". Paulo Pedroso disse que as propostas socialistas visam "melhorar a adaptabilidade das empresas, reforçando a negociação colectiva e não o seu bloqueio".

"A adaptabilidade é uma necessidade que deve ser negociada sector a sector e empresa a empresa, no quadro de uma aposta no diálogo social, que passa pelo reforço da contratação colectiva", acrescentou.

Os deputados socialistas vão apresentar uma proposta "oposta e alternativa" ao conteúdo do Código Laboral do Governo para "deixar funcionar as regras do diálogo e concertação" entre empresas e trabalhadores.

Paulo Pedroso afirmou igualmente que nas propostas do PS "há uma aposta no desbloqueamento da contratação colectiva,

quebrando velhos tabus, numa lógica de que uma negociação colectiva só poderá ser substituída por outra também colectiva ou arbitrada".

Para o PS, sublinhou, "a adaptabilidade das empresas não é resultado de uma relação de forças" nos locais de trabalho.

A Comissão Política, reunida na sede nacional

do Largo do Rato, decidiu também propor à Comissão Nacional, do próximo fim-de-semana, que os congressos distritais das federações se realizem a 5 e 6 de Abril, segundo um calendário e uma metodologia que caberá a este órgão aprovar.

J. C. C. B.

## CASO FÁTIMA FELGUEIRAS

À entrada da reunião da Comissão Política, Ferro Rodrigues, instado pelos jornalistas, pronunciou-se, pela primeira vez, em relação à situação que se verifica com a autarca socialista de Felgueiras. Para o secretário-geral do PS, "a questão da confiança política não se coloca, visto que só se colocaria se eventualmente hoje a dra. Fátima Felgueiras, depois de tudo o que se passou ontem, tivesse sofrido medidas coercivas mas não tivesse sido obrigada pelo tribunal a suspender o mandato".

Além disso, acrescentou, se as suspeitas se verificarem infundadas, "não apenas a dra. Fátima Felgueiras deve voltar a assumir o seu lugar enquanto presidente da Câmara, como deve procurar por todas as vias, e o PS está também disponível para isso, processar se alguma cabala houve em toda esta matéria".

Ainda relativamente a este caso, o PS emitiu um comunicado, no qual considera que "sem ser posta em causa a presunção de inocência dos cidadãos, não há condições para que a dra. Fátima Felgueiras retome as funções de presidente da Câmara Municipal de Felgueiras até ao cabal esclarecimento dos factos sob investigação".

## Reunião da Comissão Nacional

### ORDEM DE TRABALHOS

- 1 Análise da Situação Política
- 2 Aprovação final da Declaração de Princípios
- 3 Discussão e votação de alterações Estatutárias
- 4 Discussão e votação das Moções Sectoriais
- 5 Aprovação dos Regulamentos dos Congressos Federativos e de Eleição dos Presidentes de Federação

11|12 JANEIRO 10H | HOTEL ALTIS

## PORTAGENS NA CREL

# GOVERNO CRIA IMPOSTO EXTRAORDINÁRIO

**As manifestações de protesto ocorridas no passado dia 6, na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), são “um sério sinal ao Governo” do “descontentamento generalizado” que a “injusta” reposição das portagens nesta via provocou junto das áreas metropolitanas de Lisboa.**

O aviso foi deixado pelo deputado socialista Miguel Coelho, que no plenário da Assembleia da República de ontem também questionou a moral do Executivo para impor portagens na CREL sem primeiro construir o IC30, prolongar a linha do metropolitano de Odivelas até Loures, criar grandes parques de estacionamento à entrada de Lisboa, concluir o IC16, o Eixo Norte/Sul ou alargar o IC19 e a A5.

Segundo o líder da concelhia do PS/Lisboa, a reposição de portagens na circular exterior não passa de “uma medida avulsa, sem qualquer tipo de lógica ou coerência do ponto de vista nacional”, mediante a qual o Executivo procura “encontrar uma receita extraordinária para cobrir as contas, pelos vistos mal feitas no Orçamento Rectificativo, relativas ao défice deste ano”.

“Somos confrontados com um novo imposto extraordinário arquitetado à custa de um negócio” estabelecido entre o Governo e a Brisa, disse Miguel Coelho.

Assim, em troca da verba paga pela empresa ao Ministério das Finanças, a Brisa poderá usufruir de aumentos nas portagens que, em alguns casos, são superiores a cem por cento, ultrapassando largamente a soma das taxas de inflação dos último sete anos.

Está em causa, pois, a violação dos próprios termos do contrato de concessão, que prevêem a actualização anual das portagens indexada à inflação.

Mas, o deputado do PS ressaltou que, nesta matérias, não há certezas, uma vez que “o Governo ainda não forneceu ao Parlamento os dados e estudos técnicos que fundamentaram o acordo/negócio que estabeleceu com a Brisa”.

## Agendadas novas acções de protesto

Certa e confirmada está, porém, a realização de mais uma acção de protesto contra as portagens no próximo dia 31, a partir das oito horas da manhã.

Esta foi a decisão mais importante saída de uma reunião que juntou as comissões da CREL, IC19, IP3, Espinho e Ponte 25 de Abril à volta da mesma mesa.

Os moldes deste protesto a nível nacional estão ainda por definir, mas “dois ou três dias antes



do final do mês serão divulgados todos os pormenores”, garantiu à Imprensa o porta-voz da Comissão de Utentes da CREL.

Adiada ficou igualmente a formação de uma Frente Nacional Anti-Portagens, “porque não houve unanimidade nessa matéria e, além disso, já existe uma Comissão Dinamizadora do Movimento dos Utentes dos Serviços

Públicos, que tem a mesma função”, disse Carlos Braga.

Para amanhã está prevista uma marcha lenta de protesto na CREL, a quinta desde que o Governo decidiu reintroduzir portagens naquela via. O percurso começará no nó de Queluz e findará na rotunda do terminal TIR, em Alverca.

Entretanto, a Brisa afirmou que o tráfego médio diário na circular externa, que em 2001 era cerca de 40 mil veículos, pode diminuir até 25 por cento devido à reintrodução de portagens, o que contribuirá para ao agravamento do já congestionado trânsito do IC19 e da Segunda Circular.

MARY RODRIGUES

## PS SOLIDÁRIO COM MOBILIDADE EM LISBOA

Uma fila de veículos com cerca de sete quilómetros percorreu, segunda-feira, a CREL, no sentido Alverca-Queluz, numa acção de protesto contra a reposição de portagens nesta circular, que foi apoiada pelo PS de Lisboa. Os socialistas da capital juntaram-se ao buzínio organizado pelo Movimento dos Cidadãos pela Mobilidade, porém, o líder da distrital lisboeta do PS esclareceu que a acção não foi coordenada pelo partido, apesar dos autarcas socialistas a apoiarem no intuito de sensibilizar o Executivo para a incorrecção e injustiça de uma medida nociva que lesa os interesses de todos os cidadãos da Grande Lisboa.

Miguel Coelho garantiu ainda que o PS “não convoca a acção de protesto, mas está solidário” e apoiará “todo este tipo de iniciativas desde que sejam legais”.

“Participei no evento como cidadão e como dirigente local do PS porque entendi que o pagamento de portagens na CREL vai prejudicar a vida dos lisboetas não só a nível financeiro, mas também na mobilidade e na qualidade ambiental”, disse ao “Acção Socialista”.

Por seu turno, a coordenadora do Movimento dos Cidadãos pela Mobilidade, Isabel Espada, fez um balanço “muito positivo” desta iniciativa, sublinhando a “adesão espontânea de muitas pessoas” que se juntaram à marcha buzinando e manifestando-se indignadas com a

medida do Governo.

“Vamos planejar novas acções, já está marcada uma reunião com todas as outras comissões, não só da CREL mas também do IC19 de forma a realizarem-se acções de protesto conjuntas”, anunciou Isabel Espada. A responsável adiantou ainda ao nosso jornal que o Movimento pondera prosseguir com outras acções mobilizadoras nas quais serão incluídos os comerciantes e as empresas públicas de transportes.

A luta contra uma portagem que se mostra injusta e desproporcionada aos olhos dos utentes não cessará “até que haja, no mínimo, vias ou meios de transporte alternativos para acesso interconcelhio”.

A marcha lenta do passado dia 6, que se efectuava a uma média de 40 quilómetros/hora e que contou com a participação de muitos membros da Comissão de Utentes da CREL, começou perto das oito da manhã e foi engrossando à medida que a caravana foi passando pelos vários acessos à via.

Trata-se da quarta acção de protesto em 15 dias, desde que o Governo decidiu repor as portagens na CREL, tendo sido organizada pelo Movimento de Cidadãos pela Mobilidade e contando com o apoio do PS de Lisboa.

M.R.

ANA BENAVENTE

# MINISTÉRIO PARALISADO NA RELAÇÃO COM AS ESCOLAS

Fazer contabilidade escolar fora do contexto pedagógico de cada estabelecimento de ensino é uma medida avulsa, ineficaz e desprovida de sentido, considera Ana Benavente que, em entrevista ao "Acção Socialista", defende um modelo de gestão e de autonomia escolar assente na implementação da qualidade do ensino e na integração das diversas dimensões do universo educativo. Reconhecendo a importância da formação específica em Administração Educativa, a deputada do PS ressalva, porém, que o perfil dos candidatos a gestores escolares não é o cerne do problema da Educação em Portugal e critica o Ministério da tutela por não ter um projecto global de melhoria da qualidade no ensino.



**Qual a posição do Partido Socialista face à noticiada pretensão do Governo de colocar gestores profissionais à frente das escolas básicas e secundárias?**

A posição do Governo não é tão taxativa quanto as últimas notícias podem fazer crer. Aquilo que foi afirmado pelo ministro da Educação é que gostaria de ver à frente das escolas professores com formação específica em Administração Educativa ou, no caso de não estarem disponíveis os docentes da escola, poder abrir-se um concurso para candidatos - do corpo docente ou não -, mas com formação específica na área, sendo esta, sempre, uma decisão que caberia ao estabelecimento de ensino.

Posto isto, a notícia divulgada a este respeito não é completamente rigorosa. De qualquer modo, para o PS, o perfil do gestor das escolas não pode ser separado dos modelos de gestão e de autonomia e de toda a política que se quer para mais qualidade educativa.

O que acho lamentável, terrível, desgastante e negativo é constantemente haver afirmações e propostas do Governo desgarradas, isoladas, sobre um ou outro aspecto. Geralmente procura assuntos que têm influência imediata junto da opinião pública.

É que, quando se lê num título de jornal "Governo quer gestores profissionais à frente das escolas", está subentendido que os professores são maus gestores e que um dos problemas da qualidade educativa na má gestão escolar. Isso é negativo. É ver o problema de um modo muito parcelar, muito pobre, muito pouco informado.

Por outro lado, é evidente que os desafios para a escola do futuro não se resumem a saber quem gere as instituições de ensino e que, quando se fala da integração e articulação da escola na comunidade com projectos educativos pertinentes para determinada população, estamos a falar de mais qualidade educativa, de saídas profissionais e, portanto, cada vez que o Governo acena com intenções populista, que sabe que caem bem, mas que não têm qualquer eficácia, acho que dá mau sinal, sobretudo se percebermos que o Ministério da Educação não tem um projecto de melhoria da qualidade educativa que integre todas as dimensões das escolas.

**Não basta tirar, de vez em quando, um coelho da cartola, não é?**

Certamente que não. Aliás, é de salientar que nunca mais se ouviu falar sobre a autonomia das escolas, nem do financiamento dos projectos escolares.

O que se viu foi o fim do programa Ciência Viva, que permitia às escolas trabalharem melhor a formação científica, e o desaparecimento do Instituto de Inovação Educativa, que, através dos seus projectos, permitia às escolas terem recursos para um trabalho com mais qualidade e verem as suas boas práticas reconhecidas.

Temos em curso uma reorganização no ensino básico, com novas áreas curriculares e estudo acompanhado de área de projecto no âmbito do qual não foi dado apoio aos professores nem feita a publicação do material de apoio.

Acresce dizer que o ministério está completamente paralisado na sua relação com as escolas.

Em suma, todos estes são exemplos que não auguram nada de bom.

**Caso o Governo avançasse com a substituição de professores por gestores de escolas, que consequências práticas se sentiriam na vida das instituições de ensino e dos alunos?**

A gestão de uma escola é a gestão do seu trabalho e, neste caso, estamos a falar na educação das pessoas. Por isso, a vertente administrativa não pode ser alheia ao projecto educativo.



Se pensarmos numa fábrica, a gestão desta deve ter em conta aquilo que produz e as exigências dessa produção. Toda a organização da fábrica é feita em função do produto final. Ora, no caso da educação, está em causa a instrução e formação de crianças e jovens, com transmissão de saberes, mas também de atitudes, de modos de estar, de ser e de fazer. Portanto, a administração de uma escola não é uma mera questão de contas. Trata-se de atribuir recursos às actividades fundamentais e de geri-los de acordo com o projecto educativo escolar, que, inserido no quadro de gestão do estabelecimento, deve ter a participação dos pais dos alunos e da comunidade.

Assim, saber se quem gere é uma pessoa vocacionada para a contabilidade é relativamente indiferente, desde que a gestão seja competente em função do projecto educativo.

O que é verdadeiramente necessário é que o profissional em causa tenha consciência clara dos recursos e das necessidades, que esteja integrado na vida da escola e que, por isso, possa contribuir para a máxima eficácia do projecto educativo.

Pessoalmente, não sou contra a contratação de pessoas do exterior da escola para a gestão da mesma, sempre que esta não tenha funcionários aptos ao desempenho dessas competências e sempre que a gestão seja feita aos serviços do trabalho educativo.

**No seu entender, a substituição de professores por gestores profissionais lesaria a autonomia das escolas?**

Com toda a certeza. Em educação, a administração e pedagogia têm que andar de mãos dadas.

A ideia de ter na gestão das escolas pessoas com formação em Administração Educativa é positiva, mas ela não pode ser usada como crítica contra quem, até agora, tem gerido os nossos estabelecimentos de ensino, porque se não fosse a intervenção dos professores nesta matéria, estou convencida de que a crise educativa teria sido muito mais profunda.

Houve, em todo o País, docentes que deram muito do seu tempo e competência no exercício de funções de gestão nos Conselhos Executivos, mas é preciso que se diga que a maioria deles tem procurado uma formação específica em Administração Educativa.

Assim, reitero, desinsrerir a administração da educação do contexto pedagógico não faz qualquer sentido.

**Quais os próximos passos do GP/PS nesta matéria?**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está a elaborar uma lei-quadro da qualidade educativa que forçosamente abordará as questões da gestão e autonomia das escolas, a apresentar em breve.

MARY RODRIGUES

FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA

# APOSTA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CÍVICA

A organização de cursos de educação cívica de curta duração, é uma das prioridades da Fundação José Fontana para 2003 de forma a devolver a esta instituição de utilidade pública o estatuto formativo que teve até à primeira metade da década de 80. A nova dinâmica que se pretende para esta Fundação próxima da área socialista passa em muito pela renovação verificada no seu Conselho Directivo, para onde entraram Augusto Santos Silva, Pedro Adão e Silva, Edmundo Martinho e Artur Penedos.

António Reis, reeleito secretário-geral da Fundação José Fontana, afirma que no quadro do plano de actividades para 2003 desta instituição pretende-se dar "um novo incremento" às acções de formação profissional e formação política e sindical, bem como "uma maior divulgação" da revista "Finisterra".

Na área da formação política e sindical, Dias da Silva, membro do Conselho Directivo, refere que a Fundação irá continuar a colaborar com a Tendência Sindical Socialista e com a Fundação Friedrich Ebert, nomeadamente no âmbito da formação de quadros sindicais, adiantando que, embora integrada na formação profissional, "é nossa intenção, em todos os cursos, termos um módulo sobre associativismo, abordando-se, obviamente, a temática do sindicalismo". Aliás, na formação específica de Recursos Humanos, salienta, é dado um módulo de oito horas sobre associativismo, "além de ao longo da acção se falar com bastante frequência sobre o papel dos sindicatos, nomeadamente no que respeita aos direitos colectivos dos trabalhadores".

"Trata-se de um tema com particular actualidade, numa altura a que se assiste a uma gigantesca ofensiva do Governo contra o movimento sindical e os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, consubstanciada no Código do Trabalho", diz.

Apesar dos "condicionamentos financeiros", é também objectivo da José Fontana desenvolver acções de formação política, para o que devem ser contactadas as estruturas do PS.

Dias da Silva refere ainda que a fundação "estará sempre disponível, dentro das suas capacidades e possibilidades, para apoiar e participar em todos os projectos para os quais seja convidada a dar a sua colaboração e cujos objectivos se enquadrem nos seus fins e objectivos".

Relativamente à área da formação profissional, onde é reconhecida a qualidade das acções que



tem promovido ao longo dos anos, quer para a valorização dos trabalhadores no activo quer para desempregados, esta instituição de utilidade pública prosseguirá a aposta na formação profissional, tendo em conta as normas e exigências do III QCA.

"Os nossos cursos de formação profissional, pela excelência dos formadores e utilidade das áreas ministradas, têm tido ao longo dos anos um êxito tão grande, que são os próprios formadores e formandos que são os seus principais divulgadores", refere este membro do Conselho Directivo, com alguma ponta de orgulho.

## OBJECTO SOCIAL

A Fundação tem por finalidade promover o desenvolvimento do associativismo, visando a construção de uma sociedade mais livre, igualitária e justa, com total respeito pelos Direitos do Homem e pela Constituição da República portuguesa cumprindo-lhe, designadamente, a promoção de acções de formação a todos os níveis.

"Esta é, pois, uma área que continuará a estar no centro das nossas actividades, uma vez que consideramos que a qualificação das pessoas assume cada vez mais um papel decisivo para o desenvolvimento do País", acrescenta.

Por outro lado, a Fundação irá continuar, em estreita colaboração com a Fundação Friedrich Ebert e o Instituto Alemão, a organizar colóquios e seminários sobre temas da actualidade política.

## Mais meios e apoios

Por outro lado, na área editorial e cultural, a Fundação tem como objectivo para 2003 "incrementar a divulgação" da revista de reflexão e crítica "Finisterra", dirigida por Eduardo Lourenço.

"É nosso objectivo incrementar a divulgação da revista, em termos de assinatura", refere Dias da Silva, sublinhando que a publicação, "pela qualidade dos seus colaboradores e pela importância dos temas que trata", tem tido "ecos favoráveis, nomeadamente de quadros intermédios e universitários, que vão buscar à nossa revista muitas ideias, inclusive para teses de mestrado".

Dados os constrangimentos financeiros com que esta instituição de utilidade pública actualmente se debate, Dias da Silva afirma que a Fundação "precisa de mais meios" e por isso espera "todo o apoio possível", de forma a que "possamos desenvolver uma maior actividade em várias áreas, não só no campo sindical".



J. C. CASTELO BRANCO



FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL

# APOIO À GESTÃO AUTÁRQUICA

No âmbito de um novo impulso que pretende dar às actividades da Fundação Antero de Quental, o recém-eleito Conselho de Administração desta instituição de utilidade pública, presidido agora por Jorge Coelho, definiu três prioridades: realização de cursos de formação profissional sobre temas ligados à gestão autárquica, melhoria do conteúdo e da divulgação da revista "Cadernos Municipais" e retoma dos cursos de formação em política autárquica.

O novo Conselho de Administração da Fundação Antero de Quental, eleito no passado dia 19 de Dezembro, pretende revitalizar as actividades desta instituição, centrando-as fundamentalmente num maior apoio à gestão dos nossos autarcas e à promoção do desenvolvimento do poder local.

Para o efeito, foram já definidas as principais linhas de acção que vão nortear a actividade da instituição nos próximos anos.

Assim, na área editorial, há uma forte aposta na revista "Cadernos Municipais", publicação de referência no universo autárquico nacional, que tem um novo director, o camarada Carlos Zorrinho. "É nosso objectivo melhorar o conteúdo dos temas tratados na revista e lançarmos um conjunto de



iniciativas para uma maior circulação e implantação desta publicação junto dos agentes autárquicos", afirma António Galamba, recém-eleito para o Conselho de Administração.

## Debates e seminários

No âmbito das acções de formação profissional, co-financiadas pelo Fundo Social Europeu, que

ocupam um lugar de destaque nas actividades desenvolvidas pela Fundação, Galamba adianta que os cursos programados para o corrente ano vão ter uma componente "mais vocacionada para a gestão autárquica, com temas ligados a esta problemática".

Faz também parte dos planos da Fundação retomar os cursos de formação política autárquica, "de forma a dar aos autarcas um enquadramento como

podem desenvolver as suas políticas nas mais diversas áreas".

Por outro lado, a Antero de Quental vai também organizar debates e seminários sobre temas como o poder local e o desenvolvimento regional, entre outros.

A Fundação tem também um Gabinete Jurídico que vai alargar o apoio que presta aos autarcas de municípios e freguesias de menor dimensão, nomeadamente nos domínios do Direito Administrativo e nas questões do poder local.

J.C. CASTELO BRANCO

## CORPOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

Jorge Coelho (presidente)  
António Galamba  
António Landeira  
Eduardo Graça  
José Augusto Carvalho  
Maria da Luz Rosinha  
Rui Solheiro

### Conselho Revisor de Contas

Azevedo Pereira  
Pedro Coelho  
Luís Moisés Afonso

### Informação

Director dos "Cadernos Municipais" - Carlos Zorrinho



REVISTA DE ACÇÃO REGIONAL E LOCAL

# Cadernos Municipais

FUNDAÇÃO ANTERO QUENTAL

AV. DAS DESCOBERTAS 17 - RESTELO - 1400-091 LISBOA - T 213013534 F 213015857



# PRESIDÊNCIA GREGA AVANÇA COM "ESTRATÉGIA DE LISBOA"

A concretização da estratégia definida na Cimeira de Lisboa, em 23 e 24 Março de 2001, que pretende tornar a União Europeia o espaço económico baseado no conhecimento mais dinâmico e competitivo do mundo, é uma das prioridades definidas pela presidência grega, que se iniciou no passado dia 1 de Janeiro.

A adopção pela presidência grega do aprofundamento das metas definidas no Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2003, durante o governo do Partido Socialista liderado por António Guterres, é uma das marcas mais profundas no processo de desenvolvimento da União Europeia, no sentido de a tornar mais competitiva sobretudo em relação aos Estados Unidos.

Alguns dos aspectos mais importantes da "Estratégia de Lisboa" prendem-se com o aumento por parte dos Estados-membros do investimento nos sectores de alta produtividade e nas novas tecnologias. Pretende-se também incentivar os Estados a implementarem reformas a nível da liberalização dos mercados, revisão da fiscalidade das empresas, modernização dos mercados de trabalho e encorajamento da utilização das novas tecnologias de informação.

Intimamente associado à "Estratégia de Lisboa" está a Carta Europeia das Pequenas Empresas, adoptada no encerramento da presidência portuguesa, em Santa Maria da Feira. A Carta, cuja implementação já teve repercussões positivas junto dos poderes públicos e dos meios profissionais, tem como objectivo fundamental reconhecer o papel das pequenas empresas na geração de riqueza e de bem estar no espaço europeu, na medida em que elas dão emprego a



65 milhões de pessoas e representam 53 por cento dos postos de trabalho na União. É por isso um elemento fundamental na afirmação da "Estratégia de Lisboa".

O principal objectivo da presidência grega é agora dinamizar os aspectos que não o foram suficientemente nos últimos dois anos e meio, de forma a que, em 2010, a União possa de facto

atingir o objectivo a que se propôs em Lisboa: utilizar o conhecimento para se tornar o espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo.

Ainda no contexto da herança da governação da presidência portuguesa do primeiro semestre de 2001, está a realização, em Lisboa, em 5 de Abril, da Cimeira UE/África.

## Concretizar o alargamento

Continuar o processo de alargamento a mais dez países e prosseguir as negociações com a Bulgária e a Roménia, que deverão aderir em 2007, estão também entre as prioridades da presidência grega, que pretende igualmente desenvolver os contactos com a Turquia.

De referir que ainda durante a presidência grega começarão já a registar-se as primeiras alterações assinaláveis no funcionamento das instituições comunitárias, já que os dez futuros membros da União poderão, a partir de finais de Abril, participar nas reuniões dos Conselhos de Ministros com o estatuto de observadores activos, o que não lhes dá ainda o direito de voto.

A presidência grega empenhar-se-á também no desenvolvimento de uma política europeia de imigração, asilo e de gestão das fronteiras externas, tema de particular interesse para a Grécia, em virtude da sua posição geográfica situada entre os balcãs, o mediterrâneo e a Turquia. Facto igualmente relevante, é a conclusão dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa no final da presidência grega, e que terá certamente uma grande influência no debate sobre a arquitectura institucional numa União a 25.

P.P.

## GUERRA CONTRA O IRAQUE

# SAMPAIO APELA À UNIÃO EUROPEIA PARA MANTER COESÃO E UNIDADE

O Presidente da República, Jorge Sampaio, manifestou esta semana o seu desejo que a União Europeia mantenha a coesão e unidade de propósitos perante a possibilidade de uma ataque ao Iraque. O Presidente falava na cerimónia de votos de Ano Novo ao corpo diplomático, no Palácio Nacional de Mafra. Entre os Estados-membros da União Europeia, os três maiores e mais influentes países, a Grã-Bretanha, França e Alemanha, têm posições totalmente distintas quanto a uma intervenção no Iraque. Enquanto a Grã-Bretanha é um aliado incondicional dos Estados Unidos, a Alemanha não envia nenhum soldado nem participa com qualquer contribuição financeira. Já a França, exige que qualquer decisão de



atacar o Iraque passe primeiro pelas Nações Unidas. Estas divergências podem abrir brechas na coesão da União Europeia, como alertou o Presidente Jorge Sampaio, que considera igualmente que apenas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas competirá decidir se deve ou não haver uma ataque ao Iraque. Uma posição bem expressiva foi esta semana assumida pelo líder do Parlamento da Grécia, país que detém actualmente a presidência da União Europeia. Para Apostoulos Kaklamanis, "provavelmente um dos objectivos da operação militar dos Estados Unidos é justamente agir de forma a minar a dinâmica dos povos europeus para a unificação". Kaklamanis foi mais longe e considerou

mesmo que se não for impedida a guerra no Iraque, através da dinamização "das forças para a paz, será como dinamite para a unificação da União Europeia". Também Jorge Sampaio defendeu uma "diplomacia internacional activa para encontrar soluções que garantam a paz" e manifestou-se totalmente contrário à doutrina da guerra preventiva e dos ataques unilaterais. Defendeu antes que os inspectores da Nações Unidas tenham condições para realizar serenamente o seu trabalho e que o Iraque "respeite escrupulosamente, sem rodeios nem manobras dilatórias, não apenas a letra como o espírito da Resolução 1441".

BRASIL

# ENTUSIASMO SOCIALISTA NA POSSE DE LULA DA SILVA

Foi com entusiasmo e esperança no futuro da esquerda que vários dirigentes socialistas estiveram presentes na tomada de posse do novo Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. Ferro Rodrigues, como secretário-geral do PS e António Guterres, como presidente da Internacional Socialista, expressaram a sua confiança no futuro de um estreitamento das relações com as estruturas partidárias de que ambos são, respectivamente, responsáveis. Em declarações públicas depois de um encontro com o novo Presidente brasileiro, Ferro Rodrigues manifestou a sua satisfação com a vitória de Lula da Silva e considerou que o movimento socialista a nível mundial precisa de sangue novo e, sobretudo, de experiências vitoriosas, jovens e com força, como a do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, Ferro Rodrigues exprimiu dois desejos: um, que o PT intensifique as relações com o Partido Socialista, o que de certa forma já ficou estabelecido com dirigentes daquele partido; o outro, que o PT ingresse rapidamente na Internacional Socialista, onde agora apenas tem assento como observador. "O desejo do PS em Portugal é que o PT entre o mais rapidamente possível na Internacional Socialista, que está de braços abertos para o receber", afirmou. Para Ferro Rodrigues, a adesão de pleno direito do PT à Internacional Socialista seria um elemento de transformação positiva da própria estrutura, que lhe permitiria "responder melhor aos anseios de progresso, de liberdade e de paz em todo o mundo". Manifestou, por isso, o desejo que o processo de aproximação entre as duas estruturas possa ficar concluído já no próximo congresso da IS, que se realiza em Setembro ou Outubro deste ano. Por outro lado, manifestou o seu optimismo com o Governo de Lula da Silva, tendo destacado a importância das prioridades políticas já



anunciadas, como o combate à fome e à pobreza, o que constitui um sinal claro das preocupações genuinamente sociais. "A economia não é um fim, mas um instrumento para o desenvolvimento dos povos", considerou o secretário-geral do PS, manifestando a esperança de que o Governo de Lula da Silva, ao não subordinar a sua política externa aos Estados Unidos, possa contribuir para um mundo mais equilibrado. O líder do PS defendeu ainda um relacionamento mais forte entre o Brasil e Portugal e um projecto mais sólido para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

## Maturidade da democracia brasileira

Por sua vez, o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, considerou que a vitória de Lula da Silva assinala uma inequívoca demonstração de maturidade da democracia brasileira, e tem um significado político que ultrapassa as fronteiras do próprio país. O presidente da IS elogiou o percurso de vida do novo presidente brasileiro, consagrado aos mais desprotegidos, bem como a "admirável transição de governo". Guterres referiu-se ainda àqueles que criticaram a opção dos investidores portugueses no Brasil, "que certamente em breve mudarão de opinião". "O investimento no Brasil deve ser visto numa perspectiva de longo prazo. É uma opção estratégica, uma aposta no futuro", considerou. Defendeu ainda que Portugal veja sem complexos e com interesse o reforço da presença brasileira na CPLP e no mundo. "Portugal poderá valorizar-se na Europa na medida em que valorizar os países de língua portuguesa", sublinhou.

P.P.



## CONSELHO DA IS REÚNE-SE EM ROMA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues será um dos oradores no Conselho da Internacional Socialista, que reunirá em Roma, em 20 e 21 de Janeiro, 141 partidos da família socialista para preparar o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (Brasil) e o Fórum Económico Mundial de Davos (Suíça).

O tema que estará em discussão pelos socialistas de todo o mundo é "Por uma sociedade global mais igualitária" e debruçar-se-á também com uma particular atenção sobre a situação nos balcãs e no Médio Oriente.

A intervenção de abertura, no dia 20, está a cargo do presidente da Câmara de Roma, Walter Veltroni, seguindo-se discursos de representantes socialistas italianos e do presidente da Internacional Socialista, António Guterres.

Para o conclave que se realizará em Roma estão já confirmadas as presenças do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, e de um representante da Autoridade Palestiniana. Destaque ainda para o facto deste Conselho ficar assinalado com a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo italiano Piero Fassino, que será o responsável pela elaboração de um documento sobre a reforma da Internacional Socialista.

ANTÓNIO CURTO

# PS DEVE SER FONTE DE ESPERANÇA E MOTOR DE INICIATIVA

Tomar a iniciativa de apresentação de propostas concretas para problemas reais e criar condições para a manutenção da esperança e da confiança no País são as duas missões socialistas que o militante António Curto deseja ajudar a cumprir, num quadro de reflexão na oposição que prepare o caminho para o regresso do PS ao Governo, com Ferro Rodrigues como primeiro-ministro.

Ser militante implica ter uma perspectiva estruturada dos princípios representados e defendidos pelo partido, em termos comportamentais e de vida. Por isso, “não basta fazer discursos socialistas”, é preciso “viver diariamente a solidariedade, a fraternidade e as preocupações sociais”.

Assim pensa António Curto, economista de 53 anos, que sempre simpatizou com a esquerda democrática e com o ideário socialista, pelo que manifestara vontade de filiar-se no PS já em 1986, na altura em que foi extinta a UEDS de que fez parte.

A concretização desta decisão foi adiada 16 anos por vicissitudes da vida, mas a proximidade ideológica deste militante “recente” foi constante, até que, há menos de um ano, oficializou a sua adesão à família socialista. A derrota do PS nas legislativas precipitou a assinatura da ficha de inscrição.

Segundo António Curto, “durante seis anos, o PS teve condições para gerir e governar, mas não as soube aproveitar”.

Para justificar a sua crítica, o camarada exemplifica com um caso prático e pessoal. Convidado pelo Executivo chefiado por António Guterres para assumir funções como presidente do Gabinete para a Recuperação de Crédito (Gacre), repto que aceitou, o militante recorda que este era um instrumento “central para o Plano Mateus”, salientando de seguida o sucesso deste elemento estratégico para a economia nacional.

“Só no primeiro ano o Plano Mateus permitiu a recuperação de 300 milhões de contos e o recrutamento de 75 mil contribuintes para a Segurança Social”, assinala, lamentando que uma mudança de ministro tenha travado uma medida tão eficiente.

A sua assumida oposição a este recuo governativo fê-lo demarcar-se do PS. Com a adesão ao partido, o economista reassume uma posição de integração e de responsabilização pessoal.

“Já não posso imputar erros cometidos pelos



socialistas usando o pronome pessoal «Eles». Desde o dia 21 de Março de 2002 passei a dizer ‘Nós’”, explica, ressaltando que sempre que estiver em desacordo com a actuação

## PERFIL

Nome  
**António José Manteigas Lopes Curto**

Idade  
**53 anos**

Profissão  
**Economista**

Hobbies  
**Pesca, leitura, cinema e música**

Militância  
**Inscrição no PS a 21 de Março de 2002**

Referências socialistas  
**Mário Soares, Vítor Constâncio e Ferro Rodrigues**

do partido, fará ouvir a sua oposição “em sede própria”.

“O que verdadeiramente quero é ajudar a evitar que erros cometidos no passado voltem a repetir-se”, confidencia.

Apesar dos precalços, António Curto reconhece à administração socialista contributos “muito positivos”, nomeadamente na área educativa.

“O PS deve orgulhar-se e assumir a bandeira da reforma do ensino pré-escolar”, defende, reiterando que no sector da solidariedade e da formação das pessoas é onde a essência do pensamento socialista pode evidenciar-se, sem esquecer, contudo, as questões económicas.

Quanto ao presente, as preocupações de António Curto residem nos problemas sociais alargados que uma crise económica, cujos primeiros sintomas são já perceptíveis, poderá desencadear ao nível do desemprego e da qualidade de vida em geral.

Para o novel militante, o País vive um abrandamento do crescimento, mas as expectativas pessimistas e a quebra de confiança nos agentes económicos e sociais podem, de facto, degenerar numa situação crítica.

“A minha grande ambição é que o Partido Socialista tenha capacidade de dar esperança às pessoas, ou seja, que crie condições para realçar as coisas positivas que temos”, confessa.

Neste sentido, o camarada sublinha a importância de se apresentar projectos concretos que consigam definir com o máximo rigor a sua exequibilidade.

“Para além da incapacidade deste Governo, gostaria de ser surpreendido pela capacidade de afirmação do meu partido”, diz, considerando que os passos dados pelo actual secretário-geral do PS e a sua direcção vão neste sentido.

Confrontado com a eventualidade de eleições antecipadas, António Curto demarca-se desse quadro, que considera prejudicial não só para Portugal, mas também para o próprio PS.

“Neste momento, estou convencido, é prematuro, para o Partido Socialista, assumir funções de Governo”, afirma, defendendo a necessidade de que o partido ganhe tempo para a sua própria reorganização.

MARY RODRIGUES



**PAMPILHOSA DA SERRA**

# SOCIALISTAS ACUSAM EXECUTIVO DE VOTAR CONCELHO AO INVESTIMENTO ZERO

Os deputados municipais do PS de Pampilhosa da Serra, distrito de Coimbra, acusaram o Governo de votar o concelho ao total ostracismo, apontando a falta de investimentos para o futuro no PIDDAC 2003, num total contraste com a postura do anterior Executivo socialista liderado por António Guterres, que lançou "medidas de discriminação positiva".  
Num comunicado assinado por Eliana Pinto,

António Santos e José Cebola, deputados municipais, e pelo vereador camarário Anselmo Gonçalves, os socialistas contrapõem a atitude do actual Governo, que definem como de "alheamento e desinvestimento em zonas de poucos votos" à assumida pelo anterior Executivo socialista, "que concretizou um dos grandes sonhos dos munícipes, a EN 112, além de ter sido com o seu governo que se cumpriu, pela primeira vez, integralmente,

a Lei das Finanças Locais", sublinham. Os socialistas lembram ainda que, entre 1995 e 2002, com os governos do PS "a transferência de verbas do Orçamento de Estado para as autarquias duplicou". No caso dos concelhos do interior, como o da Pampilhosa da Serra, o apoio do Governo de António Guterres permitiu "o aumento quase para o dobro do número de idosos com acesso à rede de equipamentos e serviços de apoio à

acção social e apoio domiciliário".  
"Também foi com António Guterres que se introduziu na realização do PIDDAC o princípio da coesão territorial", sublinham, afirmando que esta medida fez com que regiões menos favorecidas do interior de Portugal recebessem "proporcionalmente mais por habitante do que as regiões com índices de desenvolvimento superiores".

Em comparação com as medidas dos governos socialistas, os autarcas do PS da Pampilhosa da Serra frisam que o Governo PSD/PP ofereceu "como prenda de Natal a todos os municípios o investimento zero".

"A Pampilhosa da Serra, no PIDDAC 2003, foi completamente esquecida, pela primeira vez em muitos anos o nosso concelho não vê serem incluídos no PIDDAC quaisquer investimentos para o futuro", concluem.

**VILA REAL**

# ACTUAÇÃO DO GOVERNO NÃO SATISFAZ POPULAÇÃO

A Federação Distrital do PS/Vila Real manifestou o seu descontentamento em relação à actuação do Governo perante as intempéries que se verificaram nos últimos dias na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Os socialistas vila-realenses consideram que esta situação "pôs a nu as fragilidades do Governo ao nível da coordenação dos esforços entre departamentos do Estado, que deveriam ter agido de imediato perante situações de crise", salientando ainda que "houve uma verdadeira centralização da informação nos serviços centrais da Protecção Civil em Lisboa o que retirou

operacionalidade ao nível local".

Em comunicado, a Federação fez um balanço das consequências provocadas pelas intempéries ao nível das infra-estruturas rodoviárias, destacando os prejuízos nos concelhos do Alto Tâmega, "onde a segurança da ponte do Barracão, em Montalegre, deveria ter obrigado a uma decisão urgente da tutela".

O PS de Vila Real denunciou, por outro lado, a inoperância do Governo que se "limitou a enviar ao local dois técnicos do IEP e a um telefonema do secretário de Estado das Obras Públicas, não tendo havido uma reacção rápida do Ministério

da Defesa que permitisse a intervenção da engenharia militar criando uma solução alternativa".

A intervenção governamental em relação à estrada nacional 222 também mereceu críticas do PS/Vila Real, que recorda no comunicado que "para além de uma visita do Ministro da Administração Interna, três dias depois da ocorrência, não se conhecem quaisquer decisões relevantes que obriguem à instauração de inquérito, ao apuramento de responsabilidades criminais e à verificação de medidas excepcionais que permitam a

reconstrução urgente do troço, não nos termos anunciados mas numa situação de adjudicação directa".

Perante a gravidade das situações que se viveram na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, o PS/Vila Real considera que "a visita do ministro da Administração Interna à Estrada Nacional 222 deveria ter obrigado a uma reunião com os serviços de protecção Civil da Régua, ou com a autarquia de Alijó".

"Não se conhece qualquer deslocação a Chaves de qualquer outro ministro, secretário de Estado ou chefe de gabinete, nos dias em que a parte ribeirinha esteve submersa. Como se não conhece qualquer visita ao Amieiro ou Pinhão no concelho de Alijó, ou qualquer acompanhamento presencial das situações que se viveram na Régua.", lê-se ainda no comunicado da Federação.

# SECÇÃO DE CERCAL DO ALENTEJO TEM NOVA SEDE

Foi inaugurada no passado mês de Dezembro a nova sede do PS de Cercal do Alentejo. Perante mais de três dezenas de militantes desta estrutura, foram içadas as bandeiras do PS e da JS, acto que oficializou a abertura das novas instalações.

Alexandre Rosa, chefe de gabinete do GP/PS e Fernando Costa, presidente da Concelhia de Santiago do Cacém, em representação de Alberto Antunes, presidente da Federação de Setúbal, estiveram presentes na festa de inauguração, que incluiu comes e bebes e um baile que se prolongou noite dentro.

António Ramos, secretário-coordenador da Secção, referiu que "este novo espaço irá proporcionar uma melhor organização do nosso trabalho, permitindo fazer reuniões com os militantes - que antes eram feitas em cafés sem privacidade -, debates e outras iniciativas políticas". E adianta que a abertura da nova sede "já trouxe novos militantes".



# FALECEU O DEPUTADO SOCIALISTA AIRES DE CARVALHO

Aires de Carvalho, deputado na Assembleia da República desde 1995, faleceu no dia 5 no Hospital do Barreiro, após uma semana em "estado de coma".

Aires de Carvalho, 50 anos, era de profissão técnico de verificação tributária da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos.

Presidente da Comissão Política Concelhia do PS do Barreiro, Aires de Carvalho tinha anunciado a sua candidatura à Federação de Setúbal, estrutura que já tinha dirigido em anos anteriores. O presidente da Câmara Municipal do Barreiro, o socialista Emídio Xavier, evocou o seu "companheiro de luta" Aires de Carvalho, afirmando que o partido "fica muito órfão no concelho, ao perder o seu líder carismático".

O secretário-geral do PS integrou o cortejo fúnebre até ao cemitério do Lavradio, onde foi sepultado o ex-deputado.

À família enlutada e aos camaradas da Concelhia do Barreiro, o "Acção Socialista" apresenta as mais sentidas condolências.

# “O INVERNO DO NOSSO DESCONTENTAMENTO” \*



**LUÍS MARINHO**

antíteses, sobre as quais a sociedade constrói as suas sínteses. Mas as ideologias não se perdem e a fronteira esquerda direita nunca deixará de existir, mesmo quando em ambiente de morosidade social, a esquerda se cala, encolhe ou resvala para o cepticismo e a indiferença.

Portugal não pode ficar *parado na letargia* cultural e intelectual em que se encontra. À nossa frente

O debate público não é um fim em si mesmo. É um meio de encontrar uma resposta para uma nova dificuldade ou desafio. O debate não cura nem sara as feridas ou medos que decorrem do desconhecido. Mas ajuda à profilaxia desses males, abrindo pistas de reflexão que são muitas vezes portas de saída para reencontros com a ilusão e com a esperança.

Só não há debate quando se perde toda a energia intelectual, quando a crise de confiança que sempre existe numa sociedade que se interroga, se transforma em depressão, em descrença, em parálise pré-comatosa.

É esse o estado de espírito que se vive em Portugal, neste “inverno do nosso descontentamento”.

Eu sei que já ninguém acredita em *amanhãs que cantam*. A ideologia perdeu muita da importância que tinha para alimentar as diferenças, as

**A esquerda tem as suas obrigações. Mesmo na crise, não age como a direita. Para a esquerda, a Europa não é uma fatalidade, é uma chance. O alargamento não nos diminui, engrandece-nos. A paz não é a excepção, é a regra. A América não é senhorio, é condómino. A Espanha não é inimiga, é parceira. E por aí adiante.**

estão as questões da paz, da guerra e do terrorismo; da segurança e da liberdade; dos nacionalismos e da Europa. Da América de Bush e da América do Sul; dos clones, dos OGM's e da segurança alimentar; da preservação dos oceanos e das fontes de energia; do envelhecimento das populações e da protecção social, etc., etc...

E não se vê, em parte alguma, sobre qualquer destes assuntos maiores, um princípio de debate e de resposta que ultrapasse os iniciados e os agentes culturais, falando para as plateias do costume.

Foi assim que a direita formatou Portugal. É este o estado de espírito que lhe interessa continuar, até ao momento em que, mortos de apatia e expiadas as culpas, alguém nos ofereça a redenção, que o governo já decretou lá para 2006...

**A esquerda tem as suas obrigações. Mesmo na crise, não age como a direita. Para a esquerda, a Europa não é uma fatalidade, é uma chance. O alargamento não nos diminui, engrandece-nos. A paz não é a excepção, é a regra. A América não é senhorio, é condómino. A Espanha não é inimiga, é parceira. E por aí adiante.**

Infelizmente, *muitos dos nossos* - gente de esquerda - deixaram-se assombrar pelas incertezas e reagem com um discurso de paradigma integrista, nacionalista, desconfiado da diferença e securitário. Esta esquerda, que deixou de pensar, deu lastro noutros países e latitudes, à verborreia da direita. Lembremo-nos do Le Pen.

O desespero existe, mas nunca é bom conselheiro. Cabe-nos a nós, gente de esquerda, repor as nossas fronteiras com a direita e combater a tristeza democrática.

Senão, como dizia o poeta, sempre cairemos nesse ridículo destino: *“Os portugueses quando novos são estrangeirados, com a idade tornam-se castiços...”*.

\* Obra de John Steinbeck

## O SILÊNCIO DOS INOCENTES



**MIGUEL CABRITA**

do país nos próximos tempos: a subida, contínua e em flecha, do desemprego ao longo dos últimos meses.

A taxa de desemprego calculada pelo INE situava-se, no 3º trimestre de 2001, nos 4 por cento. Apenas um ano depois, no 3º trimestre de 2003 (últimos dados disponíveis), atinge já os 5,1 por cento, nível que já não era atingido há quatro anos.

Esta tendência traduz-se, naturalmente, num aumento dos desempregados inscritos nos centros de emprego: entre Novembro de 2001 e Novembro de 2002 (últimos dados disponíveis), este número cresceu 16 por cento, e rondava no final de Novembro as 380.000 pessoas. Na prática, isto representa um acréscimo, muito significativo, de mais de 52.000 novos desempregados a recorrer aos centros de emprego do IEF - em apenas um ano.

Estes dados são, por si só, motivo para preocupação. *Para se avaliar a gravidade do que está a suceder, bastaria citar o seguinte dado: o desemprego ultrapassou, no 3º trimestre de 2002, a previsão do Governo para... 2003.*

Acresce que, como se sabe, nem a conjuntura económica dá sinais de recuperação, nem o Governo tem conseguido combater o clima, sem precedentes, de profunda falta de confiança dos agentes económicos. Assim sendo, são sombrias as perspectivas de reverter, ou pelo menos minorar, uma situação que parece estar relacionada com um agravamento das condições

**É por tudo isto que, mais do que preocupante, é espantoso o silêncio do Governo sobre o crescimento do desemprego, sobretudo quando o comparamos com o constante alarido em torno de outras questões. Só uma conclusão pode ser retirada deste vácuo político: para o actual Governo, o aumento do desemprego não é um problema prioritário (se é que constitui um problema, de todo).**

conjunturais do ciclo económico e não com qualquer reestruturação de fundo no tecido produtivo português e dos respectivos padrões de emprego. De facto, o aumento do desemprego, de acordo com os registos do IEF, é tanto maior quanto o nível de qualificação das pessoas - e chega a atingir, em somente doze meses, 35,2 por cento (!) de aumento entre os licenciados.

É por tudo isto que, mais do que preocupante, é espantoso o silêncio do Governo sobre o crescimento do desemprego, sobretudo quando o comparamos com o constante alarido em torno de outras questões. Só uma conclusão pode ser retirada deste vácuo político: para o actual Governo, o aumento do desemprego não é um problema prioritário (se é que constitui um problema, de todo). Não há aqui, de resto, nada que nos deva surpreender demasiado. Na velha receita liberal, a existência de stocks elevados de desempregados é um dado positivo, porque aumenta a oferta de mão-de-obra a preços acessíveis, diminuindo a pressão salarial e aumentando a competitividade de curto prazo das empresas.

Evidentemente, a esta contabilidade escapam por completo as trágicas repercussões sociais do aumento do desemprego, sobre a vida de muitas pessoas e de muitas famílias.

Evidentemente, é extremamente preocupante o ritmo deste aumento nos últimos meses. E ainda que seja nos sectores mais qualificados da sociedade portuguesa que o desemprego mais está a progredir, porque isto pode indiciar que os sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa, decisivos para a sua modernização, estão a ser bloqueados pela actual conjuntura recessiva que é em parte produto de opções estratégicas de política e de discurso em tempos recentes que, agora, estamos todos a pagar.

Evidentemente, também, o Governo e o ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, têm mais em que pensar.

P.S. - Estamos, em definitivo, a entrar numa escorregadilha era pós-berlusconi. Aparentemente, não é motivo para esclarecimentos públicos o facto de o mais alto responsável do Governo de um país ter gozado umas merecidas férias na passagem de ano a expensas de um grande empresário da praça. Sem, aparentemente, achar prudente esclarecer a quem pertence o avião particular que transportou o cidadão Durão Barroso, por acaso primeiro-ministro de Portugal, para um afamado paraíso tropical - do empresário ou de uma das suas empresas. Sem achar prudente tornar claro se há empresas ou consórcios ligados a este empresário com interesses directos ou indirectos em concursos públicos ou em contratos com o Estado. É que, provavelmente, não há motivo para quaisquer suspeições. É por isso que é ainda mais estranho que não se ache prudente tomar, desde logo, a iniciativa de romper com o silêncio antes que as não respostas (a estranhas não perguntas) sejam mais um passo para a degradação da já debilitada confiança dos cidadãos naqueles que os representam.

# MAIS IMPOSTOS PSD E CDS NAS ESTRADAS PORTUGUESAS

Para além dos impostos comuns a todos os cidadãos que trabalham, por conta própria ou por conta de outrem, os portugueses que possuem viatura própria pagam anualmente ao Estado em imposto sobre os combustíveis (ISP) e IA, imposto automóvel, cerca de 4000 milhões de euros.

Desta verba, assim arrecadada, o Governo PSD/CDS apenas investe cerca de um sexto nas estradas. Este facto, expresso no Orçamento de Estado, permite concluir que os utentes da rede viária já pagam dos seus impostos seis vezes mais do que recebem, ou seja, *os portugueses são seis vezes mais pagadores do que utilizadores dos benefícios daí decorrentes.* Isto significa que estamos contra todas as portagens? Não!

Num país com as características do nosso, sempre que em zonas mais desenvolvidas, com maior densidade de tráfego, há necessidade de construir uma auto-estrada, e sempre que existam verdadeiras vias alternativas, as portagens são necessárias e, por isso, justificadas. É este o motivo principal que nos leva a discordar do Governo PSD/CDS. A CREL, neste momento, não tem alternativas e não deve ter portagens. A inexistência da CRL, do IC16 e do IC30, cujos concursos esta maioria anulou, a necessidade de obras de alargamento no IC19, a densidade de tráfego na 2ª circular, são também factos que provam a inexistência das referidas alternativas.

*Com esta atitude, a reintrodução de portagens na CREL, este Governo não resolve nenhum problema e cria mais quatro.* O primeiro é atinente aos caos rodoviários que vai originar. O segundo é a sobrecarga produzida nos orçamentos familiares. O terceiro é o de dificultar a vida a quem trabalha. O quarto é o de esgotar num só ano as receitas que as portagens produziram em 30, todo o tempo da concessão. E tudo porque o Governo falhou a sua política orçamental e teve necessidade de tapan um "buraco"

*Este clima de "imposto permanente" corre o risco de chegar ao interior do país pela aplicação de portagens em todo o sistema SCUT.* Vastas zonas do país, desde sempre votadas ao esquecimento, conheceram com os governos socialistas uma nova esperança para o futuro. Novas vias estruturantes estão a ser concretizadas, IP2, IP3, IP5, por exemplo. São estradas de oportunidade, pagas com os impostos de todos nós, consubstanciando um esforço solidário e concretizando uma verdadeira Rede Rodoviária Nacional, do Norte ao Sul, do Litoral ao Interior. É a tentativa de deixar a esta geração e às próximas gerações as oportunidades que nós não conhecemos.

Neste contexto, os agentes económicos começaram a realizar investimentos nestas regiões, criando

riqueza, novas oportunidades de emprego, contribuindo para que o país se venha desenvolver a uma só velocidade. Também as pessoas em geral fizeram novos planos de vida e eis que, inesperadamente, surge um Governo que ameaça deitar por terra as esperanças de quem durante tantas décadas, no interior esquecido, já está farto de pagar as portagens do subdesenvolvimento.

O Governo do PSD e do CDS, para além de esquecer as promessas eleitorais, ignora que uma nova vitalidade económica nestes espaços canalizará para os cofres do estado uma maior receita fiscal, poupará com a diminuição dos compromissos com os subsídios de emprego, pela existência de mais emprego, poupará com a diminuição de compromissos com o Rendimento Social de Inserção, pela existência de mais oportunidades, e terá mais receita de ISP e IA pelo aumento de viaturas e tráfego.

Por tudo isto, ninguém de boa fé, poderá olhar para as novas estradas para o sistema SCUT, como um encargo para o país. Só um Governo sem consciência social poderia uma vez mais olhar para os que menos têm para obter aquilo que os mais poderosos não pagam por total ausência de uma verdadeira política de combate à fuga e evasão fiscais.



JOSÉ JUNQUEIRO

**Este clima de "imposto permanente" corre o risco de chegar ao interior do país pela aplicação de portagens em todo o sistema SCUT.**

# DESESPERADAMENTE EM BUSCA DA ANESTESIA GERAL

De acordo com a doutrina cavaquista, o ideal é manter os cidadãos e a sociedade entretida com episódios, casos e afins, para prosseguir uma estratégia que conduza à letargia e à inutilidade da oposição às medidas governativas. O facto do PSD, em tempos de profusão de órgãos de Comunicação Social, ter sempre governado com maioria absoluta, determina a aplicação, com algum êxito, da doutrina cavaquista da anestesia geral do país.

Anestesia, desde logo, através da tentativa de colocar portugueses contra portugueses. Os que utilizam a CREL contra os do resto do País; os que utilizam as vias SCUT contra os restantes, os trabalhadores do sector privado contra os funcionários públicos. Enfim, o PSD, agora com a cobertura do PP, ensaia a exploração de alguns dos sentimentos mais mesquinhos do ser humano, como a inveja e as rivalidades primárias, na expectativa de que medidas impopulares com incidência sobre um determinado grupo de cidadãos possa suscitar a adesão e regozijo de um grupo maior. E no final tudo não passa de um perverso exercício de poder, que, com complacência q.b., consegue levar parte da água ao seu moinho: eliminar ou reduzir direitos adquiridos pelos cidadãos.

Outra dimensão deste exercício de anestesia estende-se ao plano autárquico. Num passado bem recente, com os governos PS, era inconcebível abordar a temática da transferência de competências, sem que os municípios se revoltassem e colocassem como condição para a sua aceitação a existência das correspondentes contrapartidas financeiras. Agora, e apesar da propaganda do Governo e de ainda estar em curso um processo negocial, parece haver aos olhos da opinião pública disponibilidade para aceitar competências, sem serem acompanhadas dos recursos financeiros necessários. Aliás, em matéria de relações entre o Poder Central – Governo- Poder Local, o primeiro vangloria-se de conseguir envolver o segundo na sua estratégia de poder, mesmo quando esta é manifestamente nociva para o papel das autarquias locais. Basta avaliar o impacto do Orçamento Rectificativo de 2002 ou do Orçamento de Estado para 2003 na gestão autárquica, ao nível da impossibilidade do recurso ao crédito para a promoção de habitação social e a concretização de projectos co-financiados com fundos comunitários, para concluir que, apesar das ameaças feitas na reunião da ANMP realizada em Santarém, pouco ou nada ocorreu. O Governo PSD/PP não hesita mesmo em fazer extrapolações políticas do facto de a regra de votação na ANMP ser o consenso ou a unanimidade.

Os próprios sindicatos e trabalhadores da função pública são um alvo privilegiado da estratégia da

anestesia. Por absurdo comparativo, se fosse um governo do PS a produzir este volume de afrontas e ataques aos direitos dos trabalhadores, certamente que já teria suscitado uma reacção muito mais violenta e abrangente, e nem mesmo a realização da Greve Geral convocada pela CGTP-IN constitui uma atenuante.

O Governo PSD/PP já demonstrou que está apostado numa estratégia de nervos, em que vai esticando a corda até ao cumprimento dos seus objectivos políticos e de imagem. Introduzindo medidas impopulares em período de Natal; dividindo os portugueses, fazendo recurso de instituições judiciais e de fiscalização, enfim tudo serve para o objectivo supremo de tentar anestesiá-los os portugueses.



ANTÓNIO GALAMBA

**Enfim, o PSD, agora com a cobertura do PP, ensaia a exploração de alguns dos sentimentos mais mesquinhos do ser humano, como a inveja e as rivalidades primárias, na expectativa de que medidas impopulares com incidência sobre um determinado grupo de cidadãos possa suscitar a adesão e regozijo de um grupo maior.**

# A SEMANA PREVISTA

Realiza-se no próximo fim-de-semana a Comissão Nacional do Partido Socialista com uma vasta ordem de trabalhos. A análise da situação política, aprovação final da declaração de princípios, discussão e votação das moções sectoriais, aprovação dos regulamentos dos congressos federativos e de eleição dos presidentes de Federação são os pontos em discussão.

Reúne-se em Estrasburgo o plenário do Parlamento Europeu para a primeira sessão deste ano. Um dos principais pontos dos trabalhos dos eurodeputados prende-se com a agenda da presidência grega que concretiza a estratégia de Lisboa fixada durante a governação socialista.

O deputado socialista eleito pelo círculo da Europa, Carlos Luís, e os presidentes das Federações do PS no estrangeiro, promovem no dia 10, no Largo do Rato, uma conferência de Imprensa subordinada ao tema "As políticas para as comunidades portuguesas do actual Governo"

Augusto Santos Silva participa hoje, na Secção do PS de Benfica, num plenário sobre a declaração de princípios do Partido Socialista.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos do Partido Socialista, realizam-se durante a próxima semana um conjunto de reuniões sectoriais sobre Saúde, Economia, Igualdade de Género e Finanças Públicas.

Com o apoio da Fundação Mário Soares e apresentado pelo próprio Mário Soares, é lançado, na próxima sexta-feira, um livro de António-Pedro Vasconcelos sobre "Serviço público interesses privados - o que está em causa na polémica da RTP".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

**Assinaturas**

**12 meses**

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL

TEL. 21 301 35 34

faq@oninet.pt

FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA

TEL. 21 301 38 08 / 21 301 39 09

fjj@mail.telepac.pt

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

TEL. 21 396 41 79 / 21 396 41 56

osita@fmsoares.pt

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
DE RADIODIFUSÃO

TEL. 21 301 69 99 / 21 301 54 53

apr@ip.pt

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

TEL. 21 357 33 75

np42ye@mail.telepac.pt

FUNDAÇÃO GULBENKIAN

TEL. 21 782 30 00

info@gulbenkian.pt

FUNDAÇÃO ORIENTE

TEL. 21 358 52 00

fundorientef@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director Augusto Santos Silva

Director-adjunto Silvino Gomes da Silva  
silvinogomes@partido-socialista.pt

Redacção J.C. Castelo Branco

castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues

maryr@partido-socialista.pt

Paulo Pisco

Secretariado Virginia Damas

Grafismo Miguel Andrade

Paginação electrónica Francisco Sandoval  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao

E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400-091 Lisboa  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa